

Ana Luisa Nogueira de Amorim¹

Maria Zuleide da Costa Pereira²

Nas últimas décadas, o currículo tem ocupado lugar de destaque em diferentes contextos, seja no campo teórico, nos estudos e pesquisas desenvolvidos em diferentes espaços, nas políticas públicas educacionais, nos cursos de formação de professores e nos discursos e práticas de escolas e professores/as da educação básica.

Compreendendo que o currículo é um artefato social e cultural, um texto que produz sentidos e significados sobre o mundo, mas que também é por ele produzido, entendemos que as narrativas ou discursos produzidos/produtos encontram-se em relações de disputa e negociação sobre o que conta como conhecimento.

A partir dessas considerações é possível entender que através do currículo se formam identidades e subjetividades. Daí a compreensão de que este artefato assume papel fundamental na formação dos indivíduos, o que justifica a centralidade que tem assumido nas políticas educacionais desde a década de 1990.

Preocupados com as questões educacionais e coerentes com as discussões no campo teórico, os estudos sobre currículo tem seguido diferentes caminhos, dentre eles, destacamos os estudos sobre políticas e práticas curriculares, foco da Revista Espaço do Currículo.

Analisando políticas, práticas ou articulando ambas, os estudos sobre as questões curriculares vem discutindo o currículo para os diferentes níveis e modalidades de ensino, bem como tem focado a importância da discussão em articulação com a formação de professores, sem perder de vista os temas da diferença e da diversidade, as questões (multi)culturais, de gênero e de raça/etnia.

Nessa perspectiva, este número da revista enfoca diferentes possibilidades de pensar/investigar/discutir currículo.

Considerando a expansão da oferta de Educação Infantil em todo o país em decorrência de seu reconhecimento como primeira etapa da Educação Básica na LDB (Lei nº 9.394/1996), a discussão em torno do currículo para este nível educacional tem ganhado cada vez mais espaço no âmbito da pesquisa, das políticas e na própria sociedade.

Nesta revista, a temática é abordada de diferentes formas. O texto de Adriana Santos da Mata discute a prática curricular partindo da análise de implementação de uma proposta pedagógica centrada na multi-idade, que alterou a dinâmica da instituição e aponta a possibilidade de novas formas de organização e planejamento curricular em instituições de Educação Infantil.

Na mesma direção de análise das práticas, o texto de Nelson Figueiredo de Andrade Filho reflete sobre as ações e “prescrições” curriculares voltadas para o desenvolvimento e a

¹ Professora Doutora do DHP/CE/UFPB, área de Política Educacional. Grupo de pesquisa GEPPC.

² Profa. Dra., Associada I, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Email: mzul@uol.com.br

garantia de experiências de movimento corporal das crianças de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI).

A discussão sobre currículo e formação de professores para a Educação Infantil está presente no texto de Adelaide Alves Dias e Maria Gorete Cavalcante Pequeno que discute o lugar da Educação Ambiental nas políticas educacionais/curriculares voltadas para a infância que orientam a formação de professores de Educação Infantil.

O brincar, um dos eixos que compõe o currículo para este nível, aparece no texto de Eliseu Riscarolli que discute a importância do lúdico para a criança e problematiza a infantilização e a pedagogização do brincar no contexto das instituições educativas.

O tema da diferença nas políticas de currículo é discutido por Bonnie Axer que analisa de que maneira a diferença é trabalhada no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

A análise das políticas também é o tema do texto de Adriana Francisca de Medeiros, Eulina Maria Leite Nogueira e Francisca Chagas da Silva Barroso que discute a Educação Infantil no contexto das políticas públicas no Brasil a partir da Constituição Federal (1988).

Trazer a voz dos sujeitos envolvidos no processo educacional para a discussão é o que faz Edilene de Oliveira Francisco Souza que reflete sobre a emergência do currículo, numa dimensão crítico-libertadora, discutindo o papel das tecnologias digitais como instrumento para que os sujeitos possam expressar sua voz, a partir de um estudo de caso realizado em uma turma de Educação Infantil.

A discussão sobre os conceitos de infância e de educação da infância fecha o conjunto de textos referente à Educação Infantil. No texto, Conceição G. Nóbrega L. de Salles e Adma Soares Bezerra discutem os significados e sentidos que configuram as práticas discursivas dos professores e problematiza como a infância e a educação infantil aparece nesses discursos.

Dois artigos abordam a temática da alfabetização das crianças. No texto de Arlete Marinho Gonçalves e Antônio Luís Parlandin dos Santos o tema é discutido a partir do contexto da prática e reflete sobre as concepções das professoras alfabetizadoras e sobre as identidades das crianças surdas que vão se construindo no processo de alfabetização. E no texto de Jorcelina Elisabeth Fernandes e Elaine Cristina Todt, o tema é discutido a partir da análise de uma política de currículo prescrito, adotada por uma rede municipal de educação do Mato Grosso com a utilização de material "apostilado" produzido por instituição do mercado educacional.

As articulações discursivas em torno do currículo são abordadas no texto de Ana Paula Batalha Ramos, que discute a fixação de sentidos em torno do significante conhecimento a partir da articulação de uma série de demandas do campo do currículo.

O tema da formação, inicial e continuada, de professores também é discutido aqui. Martha dos Reis analisa as reformas educacionais em nível federal e estadual e suas implicações no que diz respeito à organização curricular, bem como o efeito dessas reformas na formação e atuação de professores de História e Geografia. Andréa Rosana Fetzner discute a formação inicial de professores a partir do estudo sobre as concepções de conhecimento escolar que permeiam os saberes da docência, junto a um grupo de estudantes bolsistas do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID). E Marco Antonio Oliva Gomes e Carlos Eduardo Ferraço problematizam os modos como são tecidos os currículos com os processos de formação continuada de professores nas escolas de ensino fundamental, compreendendo que

são nas hibridizações culturais que esses processos se constituem e tecem políticas educacionais.

As questões culturais e a discussão sobre gênero e as relações etnicorraciais também se fazem presentes. Julia Mayra Duarte Alves, Juliana Carla da Paz Alves e Laura Cristina Vieira Pizzi discutem a inter-relação cultura e gênero e como essas questões são contempladas nas narrativas que compõem o currículo, produzindo determinados tipos de subjetividades. E Roseane Maria de Amorim e José Batista Neto discutem como a educação das relações etnicorraciais é vivenciada no cotidiano escolar.

Em resumo, os textos apresentados na revista enfocam as questões curriculares de ângulos diversos. Partindo de referenciais da teoria crítica ou das análises pós-estruturalistas, podemos afirmar que os diferentes estudos têm a preocupação de contribuir com reflexões que possam fomentar mudanças capazes de proporcionar um fazer docente, pedagógico e curricular que contribua para a melhoria na qualidade da educação oferecida nas escolas de educação básica brasileiras.

É a partir dos diferentes olhares aqui presentes que os convidamos a uma boa leitura dos textos que compõe mais um número da Revista Espaço do Currículo.